

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO - CONCLA
Ata da 15ª Reunião Ordinária realizada em 27/08/2003
no Ministério do Trabalho e Emprego / DF

PAUTA

1. Apresentação dos novos membros da CONCLA
2. Aprovação da Ata da última reunião
3. Experiências de uso da CNAE-Fiscal em órgãos estaduais e municipais
4. Balanço e perspectivas das atividades da CONCLA.
5. Outros assuntos de interesse

APRESENTAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DA CONCLA

A reunião foi iniciada com a apresentação do novo Presidente da Concla, Sr. Eduardo Pereira Nunes, atual presidente do IBGE, que proferiu uma palestra de abertura, seguindo com a apresentação dos novos representantes dos ministérios, presentes na reunião.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28/11/2002

A ata da reunião anterior, realizada em 28/11/2002, foi aprovada pelos membros presentes.

Em relação à solicitação do CONFAZ/COTEPE de representação dos estados na CONCLA, que fora objeto da última reunião, a Secretária Executiva, Magdalena Cronemberger Góes, esclareceu que, apesar de nenhum membro presente da Concla ter-se manifestado contrário à representação de estados, permaneceu a dúvida com relação ao formato dessa representação, uma vez que pela proposta do CONFAZ/COTEPE a representação regional seria apenas da área tributária. Desta discussão na reunião anterior, não se chegou a consenso, tendo sido levantadas duas sugestões:

- a) que a CONCLA examine os pedidos de ampliação de sua representação à medida que forem aparecendo;
- b) que a subcomissão da CNAE-Fiscal, que funciona como um rebatimento da CONCLA no nível dos estados e municípios, reunindo representantes das secretarias de fazenda estaduais e municipais, passe a funcionar como membro da CONCLA, com direito a voto, dando conta, em algum nível, da representação do CONFAZ.

A proposta de realização de uma reunião com o CONFAZ/COTEPE para discutir o assunto não ocorreu por motivo de mudança da alta direção daquele órgão por ocasião da mudança de governo.

EXPERIÊNCIAS DE USO DA CNAE-FISCAL EM ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

[A Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal vem acompanhando as implantações da tabela padronizada nos sistemas estaduais e municipais com o objetivo de registrar, aprender e divulgar as soluções e práticas que vêm sendo construídas](#)

durante o processo. Entre as melhores práticas foram selecionadas e convidadas a apresentar relato à Concla órgãos usuários que desenvolveram implantações consideradas modelo.

Passou-se à apresentação de duas experiências de implantação da CNAE-Fiscal: na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. A equipe responsável pela implantação envolveu de forma ampla as diversas áreas internas da Secretaria no processo de mudança da tabela de códigos anteriormente utilizada. Ocorreram reuniões setoriais com especialistas da fiscalização interna e foram construídas soluções diferenciadas para necessidades específicas, utilizando todo o potencial dos instrumentos disponíveis de apoio à codificação. Um exemplo é a necessidade de informação mais clara sobre a(s) atividade(s) desenvolvida(s) quando o código indicado tem denominação genérica atendida pela impressão da atividade específica, escolhida entre as descrições constantes sob o código correspondente no aplicativo de busca "Pesquisa CNAE-Fiscal".

—e—A segunda experiência selecionada foi a implantação em órgãos do Estado do Maranhão e do município de São Luís, onde ocorreu desenvolvida de forma integrada entre as duas esferas de governo, a partir de articulação institucional que resultou na implementação de telas de entrada de dados conjunta e definição de responsáveis institucionais pelos diversos campos do aplicativo web partilhado entre os órgãos. A atribuição da CNAE-Fiscal ficou a cargo da Prefeitura de São Luís, mas conta com verificação por parte da Receita do Estado do Maranhão.

BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS ATIVIDADES DA CONCLA

O Presidente da CONCLA solicitou à Secretaria Executiva que fizesse um balanço das atividades da Comissão, explicitando seu papel e o das subcomissões que a compõem.

Foi feito um breve relato das atividades da CONCLA desde sua instalação, apresentando seu histórico, as classificações, as subcomissões e sua forma de funcionamento.

◆ CBO

Em seguida, a coordenadora da Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, Cláudia Paiva, fez um relato das atividades de revisão desta classificação, com ênfase em sua fase de 1999 até 2002, quando foram desenvolvidos os trabalhos de descrição das famílias de ocupações através do método ..., com ampla participação da sociedade, e que resultou em ajustes na estrutura da CBO tal como definida em 1999 e que foi usada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000.

Informou que os trabalhos de aprimoramento da atual CBO continuam, mediante a realização de algumas convalidações, que o mercado está exigindo através de solicitações de alguns conselhos corporativos. A nova tabela já vem sendo utilizada por vários órgãos e registros (Receita Federal, Ministérios da Saúde, Previdência, Trabalho). Estão sendo retomados os trabalhos de compatibilização entre as três versões da CBO usadas pelo MTE, IBGE e SRF.

A CBO deverá permanecer com a mesma estrutura até o final do ano (2003), quando então serão examinados os impactos de alterações que se mostram necessárias, tendo em vista a definição de prazo para divulgação da nova versão.

Regina Henriques (SRF) sugeriu a construção de um cronograma que estabeleça revisões periódicas, alinhado com o calendário da classificação internacional. Para garantir a estabilidade de tabela por período maior, as demandas surgidas ao longo do tempo e as atualizações necessárias para acompanhamento das mudanças do mercado podem ser consideradas no conteúdo das notas explicativas das classes, sem que haja necessidade de alteração da tabela de códigos e dos instrumentos de classificação.

Cláudia Paiva afirmou que as informações para a tomada de decisão apenas estarão disponíveis em dezembro, inclusive aquelas relacionadas à periodicidade de revisão da tabela.

A Secretaria Executiva sugere que o calendário de revisão da CBO seja ajustado ao calendário internacional, absorvendo as discussões travadas em nível internacional.

◆ CNAE

A Secretaria Executiva informou que atualmente as estatísticas econômicas produzidas pelo IBGE estão todas referenciadas à CNAE e que a última etapa de implementação desta classificação está em curso com a revisão das Contas Nacionais, para o novo ano-base 2000, cujos resultados serão divulgados em 2005.

No nível internacional, a ISIC está sendo revista dentro de calendário que prevê sua entrada em uso em 2007. A CNAE deverá estar afinada com este calendário. As atividades atuais consistem em acompanhar os documentos técnicos publicados, participar do grupo de especialistas, responder os questionários encaminhados aos países para conhecer sua posição em relação às questões que estão sendo discutidas na revisão 2007. A revisão da CNAE deverá ser amplamente discutida. Para tanto, deverá ser organizado um Grupo de Trabalho – GT/Concla, tal como previsto no Regimento Interno da Comissão..

◆ CNAE-FISCAL

Regina Henriques, coordenadora da Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal, fez um breve relato dos trabalhos da Subcomissão. Informou que na área das Secretarias de Estado da Fazenda em 24 unidades da Federação esta classificação já está implantada, e que nas três restantes, estará implantada até o final do ano. Numerosos municípios de capitais também vêm adotando a CNAE-Fiscal, seguindo recomendação da ABRASF. O mesmo vem ocorrendo com algumas administrações municipais.

Regina Henriques solicitou ao Presidente da Concla que avaliasse a possibilidade de dotar a comissão de recursos orçamentários, informando haver antecedentes nesta linha. Alega que se torna difícil dar prosseguimento aos trabalhos de padronização de classificações por falta de recursos, pois para sua execução fica-se dependente de recursos das instituições, através de participações espontâneas. *Site* na internet, vídeos e recursos de treinamento, treinamento à distância, desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, central de dúvidas, deslocamentos, reuniões são exemplos de ações realizadas no âmbito da Subcomissão que necessitaram de recursos financeiros, os quais foram custeados por algumas das instituições presentes.

Em termos de perspectivas, ressaltou a realização, em novembro, do I Seminário da CNAE-Fiscal, primeiro evento aberto organizado pela Subcomissão, que até o momento realizou apenas eventos internos. O objetivo deste evento é divulgar a CNAE-Fiscal, sobretudo no âmbito de municípios, ressaltando a importância da Cnae-Fiscal no processo de integração e unificação de cadastros. O seminário propõe-se também a trazer um pouco da experiência internacional no campo de uso de classificação de atividades econômicas padronizadas, com a participação de palestrantes estrangeiros. O Encontro será organizado e patrocinado pela Prefeitura de Salvador, local onde será realizado o evento.

A Coordenadora ressaltou, ainda, como importante atividade desenvolvida no âmbito da Subcomissão, a discussão da racionalização do processo de codificação e a proposta de criação de um sistema de codificação único e centralizado. A idéia do projeto consiste em se ter uma codificação semi-automatizada, oficialmente atribuída com a retaguarda do IBGE e com controle de qualidade feito pelos órgãos tributários. Existe um consenso no âmbito da Subcomissão com relação à importância e ao interesse de tal instrumento. Segundo sua concepção, a CONCLA é o órgão que deve fazer a articulação política com os órgãos representantes. Considera como um passo importante para a melhoria dos cadastros e registros da administração pública e, conseqüentemente, das estatísticas e informações derivadas destes sistemas, a retirada da tarefa de autoclassificação pela própria empresa/empreendedor, passando-se ao IBGE esta atribuição institucional.

O Presidente da CONCLA elogiou os trabalhos realizados pela Subcomissão da CNAE-Fiscal. Quanto à Central de Codificação, o Presidente reconheceu que o IBGE pode vir a assumir este papel institucional, porém não a curto prazo. Sugeriu a constituição de um Grupo de Trabalho para amadurecimento das idéias sobre a Central de Codificação apresentadas pela Coordenadora da Subcomissão. Tal Grupo deveria envolver a Direção do IBGE, os órgãos usuários da central de codificação e o MPO (ao qual o IBGE está subordinado) e avançar sobretudo em discussões que dizem respeito às questões institucionais, tais como a nova função que o IBGE estaria assumindo, as obrigações, responsabilidades e limites inerentes a esta função e, naturalmente, os recursos orçamentários que amparariam seu exercício

◆ GESTORES DE CADASTROS DE PESSOA JURÍDICA

Maria Luiza Zacharias (IBGE) fez um relato sobre as atividades do Grupo de Gestores de Cadastros de Pessoa Jurídica, composto por representantes do IBGE e Ministérios do Trabalho e Emprego; Previdência; Desenvolvimento (DNRC) e Fazenda (SRF). O objetivo do grupo é discutir questões comuns à gestão dos cadastros de PJ, como padronização de procedimentos e conceitos, promover intercâmbio, ampliar articulação e integração entre os órgãos e buscar soluções para problemas comuns inerentes aos cadastros.

Em outubro/2002 foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Gestores de Cadastros de Pessoa Jurídica, visando ao conhecimento recíproco dos cadastros, de seus conteúdos e mecanismos de atualização. O Grupo segue discutindo temas específicos, sendo o assunto ora em pauta o tratamento das baixas (mortes) das empresas.

Como perspectiva, pretende-se dar formalização ao grupo, com a criação de uma Comissão Nacional de Cadastros de Pessoa Jurídica, nos moldes da CONCLA, para estudar e propor encaminhamentos visando à padronização de conceitos, em função das diferenças percebidas entre os cadastros relativas a aspectos em

que deveriam ser iguais. Não se trata da criação de um cadastro único, mas sim de uma maior integração e articulação entre os cadastros existentes.

◆ OUTROS ASSUNTOS

Foi solicitado ao Ministério da Educação que, através do INEP, provocasse a reflexão sobre a pertinência de definição de uma Classificação Nacional de Educação, com suas categorias e níveis hierárquicos refletindo a estrutura de níveis educacionais e de áreas de formação e treinamento. Em relação às áreas de formação no ensino superior, a colaboração do MCT é fundamental, tendo em vista sua correspondência com outras classificações da mesma família, como é o caso da classificação de áreas de pesquisas científicas e tecnológicas, usada pelo CNPq.

A Secretaria Executiva lembrou que, pelo Regimento, estão previstas duas reuniões da Comissão por ano. Neste ano, no entanto, propôs não fazer a segunda reunião, deixando-a para o primeiro semestre de 2004, dado que, por um lado, não há previsão de aprovação de nova classificação e, por outro, esta primeira reunião já estaria acontecendo tardiamente.

LISTA DE PARTICIPANTES:

Pelo IBGE

Eduardo Pereira Nunes (Presidente)

Magdalena Cronemberger Góes (Secretaria Executiva)

Angela Filgueiras Jorge (Titular)

Maria Luiza Barcellos Zacharias (Suplente)

Pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Cláudio Ferreira da Silva (representante)

Pelo Ministério da Fazenda (MF)/SRF

Alexandre Guilherme G. Andrade (titular)

Regina Maria Henriques (coordenadora de subcomissão)

Pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Vera Marina Martins Alves (titular)

Claudia Maria V. de C. Paiva (suplente/coordenadora de subcomissão)

Aline Soares Martins (representante)

Mario Rosa (representante)

Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Renato Baumgratz Viotti (representante)

Pelo Ministério da Previdência Social (MPS)

Josefa Barros C. de Ávila (titular)

Pelo Ministério da Educação (MEC)

Jorge Rondelli da Costa (suplente)

Sandra S. A. da Cunha (representante)

Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Rômulo Guimarães Rocha (titular)

Pelo Ministério dos Transportes (MTr)

Vania Azevedo Venancio (titular)

Pelo Ministério do Esporte

Paulo Roberto Lobão Lima (suplente)

Frederico Duarte G. de Macedo (representante)

Outros órgãos:

Secretaria da Receita Estadual de Goiás

Regina Aparecida do Prado Zanelatti

Maria Gorete Alvarenga Costa de Sousa

Maria de Lourdes M. Meirelles

Secretaria da Receita Estadual de Maranhão

Maria de Lourdes Ribeiro

Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF

Sonia Lamounier Girard